

Porto Alegre, 05 de abril de 2021.

PARECER SOBRE O REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO DO ENSINO MÉDIO

Independentemente do quão bem formados sejam os professores em qualquer sistema educacional, um desempenho consistente no ensino médio requer boa liderança profissional no nível escolar. Na Finlândia, a liderança educacional está, sem exceção, nas mãos dos educadores profissionais com experiência na área. Isso significa que um CEO de uma empresa ou um comandante militar aposentado sem esses méritos não seriam qualificados para liderar uma escola na Finlândia (Pasi Sahlberg, Lições Finlandesas 2.0, p. 181).

O presente parecer analítico produzido a partir do Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio, conforme solicitação do Conselho Estadual de Educação do RS, foi construído por docentes das entidades associadas à AESUFOPE. A AESUFOPE agradece o convite enviado e espera que as observações de análise possam apresentar-se como elementos para revisão do Referencial Curricular Gaúcho, garantindo a qualidade de tão importante documento para a educação de nosso estado. Da mesma forma, a entidade sempre está à disposição para participar dos diálogos necessários para a qualificação da EDUCAÇÃO GAÚCHA. Seguem as considerações a respeito do documento.

A educação é um processo complexo, cujo resultado depende do funcionamento do conjunto de instituições de uma sociedade, e é alicerçada em um projeto de nação. UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NÃO OCORRE EM UMA SOCIEDADE EM QUE AS DISPARIDADES DE RENDA SÃO ELEVADAS. Os princípios de justiça, equidade e da igualdade de oportunidades constituem os pilares de uma educação democrática. Portanto, “Se todos pensarmos da mesma forma, nenhum de nós provavelmente pensa muito” dizia uma sábia avó.

A AESUFOPE, com 51 anos de trabalho em prol da causa da Formação de Professores no Estado do Rio Grande do Sul foi fundada em janeiro de 1970, congregando gestores das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, de Caxias do Sul, de Ijuí, Imaculada Conceição de Santa Maria, de Passo Fundo, São Leopoldo e Uruguaiana e da PUC/RS e elaboraram o PLANO DE FORMAÇÃO POLIVALENTE DO 1º CICLO, iniciado no Rio Grande do Sul em junho de 1967, com patrocínio da Fundação Ford, com a duração de 10 anos.

Hoje congregamos Instituições de Ensino Superior (IES), sejam públicas, comunitárias ou privadas, formadoras de professores para a educação do Estado do Rio Grande do Sul. Nossa causa é a formação docente com qualidade em todos os níveis - do Normal à Pós-Graduação -, valorização profissional, condições de trabalho e autonomia de ensinar.

Entendemos que a educação deve ser parte de um projeto de desenvolvimento do país e do Estado - no caso o Estado do RS -, que a educação seja uma política de Estado e não de governo e que as reformas educacionais sejam construídas com os profissionais da educação e com a sociedade. Portanto, o Referencial Gaúcho Curricular para o Ensino Médio - RCG-EM -, precisa ter a participação efetiva dos professores e de todos os demais segmentos da comunidade escolar, especialmente dos Jovens a que se destina.

O problema da educação brasileira e gaúcha não está centrado no currículo. Os problemas são históricos, estruturais, decorrentes das desigualdades sociais, territoriais, educacionais e tecnológicas. A solução passa por mais recursos - INVESTIMENTOS - na educação pública.

1. Considerações preliminares gerais do documento

- Considerando a importância da proposta e o impacto sobre a educação no território gaúcho, é impossível fazer uma análise ampla e profunda do RCG com as Instituições de Ensino Superior (IES) associadas a AESUFOPE e as nossas instâncias em 20 dias apenas. Assim, solicitamos mais tempo para estudos e discussões que nos permitam contribuir com propostas concretas;
- O momento de agravamento da covid 19 no Brasil e no RS, com mais de 320 mil mortes, sendo quase 20 mil no Estado do RS, todos estamos preocupados em salvar vidas, manter atividades possíveis neste contexto, apoiar colegas e estudantes no começo deste ano letivo de 2021, questionamos acerca da oportunidade de se promover uma mudança de tal envergadura;

2. Questionamentos

Entendemos, preliminarmente, que temos um documento inicial robusto mas que precisa de complementação, tais como:

- Há um diagnóstico da oferta e demanda de EM e Técnico no Estado como um todo e por regiões? Por exemplo: Quantos jovens temos no Estado de 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e de 25-29 anos dentro e fora da escola, ou em defasagem idade série no Ensino Fundamental
- Há um plano de implementação e de investimentos do Novo EM?
- Porque o RCG-EM é apenas para rede estadual e não para o Sistema Estadual de Ensino e demais escolas que atuam em território gaúcho?
- Como será o planejamento do RCG nos municípios que têm apenas uma escola pública?
- Como o curso Normal se articula com o RCG-EM?
- Como será preservada a autonomia das escolas no RCG-EM?
- Considerando a pandemia e seus impactos na educação, as dificuldades dos professores com o ensino remoto, a falta de acesso dos estudantes a internet e proceder a escuta pedagógica necessária, é oportuno implementar uma reforma desta complexidade neste contexto?

3. Questões curriculares RCG-EM

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) e, conseqüentemente, com o Plano Estadual de Educação do RS e os Planos Municipais, requerendo, pactos interfederativos.

Este documento orienta-se pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

Nesta perspectiva, percebemos as seguintes ausências:

- Ausência de articulação com as metas do PNE, PEE-RS e com os entes municipais que ofertam Ensino Médio e Educação Profissional;
- Ausência de articulação com o RCG do EF, especialmente série finais
- Ausência de uma concepção de educação integral, de formação integral e de escola de tempo integral para o território gaúcho com fundamento nas ciências da educação;
- Ausência de articulação com as Diretrizes Nacionais de Educação Básica (2010), Diretrizes da Educação Ambiental e de Direitos Humanos (2012) e a legislação das questões étnico-raciais; Sobre o documento: a) especificar melhor os temas transversais (Educação Ambiental, Educação Alimentar, Educação e Direitos Humanos, Educação étnico-racial); b) onde estão os eixos estruturantes (portaria 1.432);
- Ausência de Eixos Integradores nos currículos e desarticulação entre as quatro áreas. Foram suprimidos os eixos norteadores da CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA e TRABALHO (Diretrizes Curriculares do EM 2012), inclusive foram desconsiderados os Eixos Estruturantes dos Itinerários Formativos: Investigação Científica, Processos criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo (Portaria 1.432/2018);
- Ausência articulação da educação básica e ensino superior conforme consta LDB;
- Referencial muito dirigido para empreendedorismo, gestão e tecnologias,

com programas prontos e fechados; Direcionamento para competências sócio-emocionais em detrimento do conhecimento;

- Concepção de Ensino Religioso restrita a cultura cristã, sem contemplar a diversidade cultural religiosa, especialmente as de matriz africana e indígena;
- Direcionamento e indução para o quinto itinerário técnico profissional, em detrimento a itinerários integrados de aprofundamento das quatro áreas de conhecimento;
- No quinto itinerário indução a qualificações profissionais parciais e fragmentadas em detrimento do EM Integrado e Concomitante de nível técnico.

4. Sugestões

Entendemos que cabe ao RCG limitar-se a definir Diretrizes e Referenciais Curriculares para a educação do território gaúcho sem definir componentes curriculares, competências e habilidades específicas das áreas e itinerários, não definindo programas e conteúdos que devem ser construídas pela escola em seus projeto político pedagógicos.

- Evitar definir metodologias e tecnologias educacionais que devem ser adotadas pelas escolas e docentes no processo pedagógico com os estudantes a partir das reais e possíveis em cada realidade regional e local;
- Realizar Audiência Pública Estadual aberta para discutir o RCG EM para escutar a sociedade e as Juventudes, essas enquanto sujeitos da educação e públicos da reforma;
- Reunir o FORPROFE/RS e o Fórum Estadual de Educação - FEE para apresentar e discutir o RCG-EM;
- Suspender a implementação durante a crise sanitária da covid 19 e discutir mais com especialistas, universidades, professores, diretores e estudantes;
- Estruturar, apresentar e discutir o Plano de Formação do Professores por território no Estado, apresentando-o à sociedade, ao FORPROF RS e às universidades;
- Criar um Fórum permanente de discussão com os sistemas, redes e mantenedoras que ofertam EM e Técnico no RS no território gaúcho.

- O documento carece de revisão linguística. Não incorpora avanços curriculares, apresenta erros no uso de algumas expressões, objetos do conhecimento superficiais e erros conceituais. Conceituação de Juventudes e Projetos Vida apresentados são muito restritos e frágeis.